

UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE LETRAS

# FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

106

INSCRIÇÕES 468-470



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E ARTES  
SECÇÃO | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA  
2013

ISSN 0870-2004

*FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.*

*Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projeto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço [http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos\\_index/ficheiro](http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro).*

*Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.*

*Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respetivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.*

*Toda a colaboração deve ser dirigida a:*

Instituto de Arqueologia  
Secção de Arqueologia | Departamento de História, Arqueologia e Artes  
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Palácio de Sub-Ripas  
P-3000-395 COIMBRA

*A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:*



FLUC FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ARA A JÚPITER (SEMELHE, BRAGA)  
(*Conuentus Bracaraugustanus*)

Ara incompleta, trabalhada nas quatro faces. O topo apresenta-se arrasado e com cavidade, sensivelmente quadrangular (10 x 9,5), que terá sido aberta na sequência de reutilização.

O capitel ([19] x [35,5] x [32]) conserva a molduragem, embora bastante delida e picada na face anterior, apreciando-se melhor no lado direito. Sob a faixa correspondente à cornija, plausivelmente incompleta pela regularização do topo, duas faixas directas ligeiramente rampantes, a primeira com aproximadamente metade da altura da seguinte, e filete directo que estabelece a ligação ao fuste ([28,5] x 25 x 24,5). Este encontra-se fracturado abaixo da segunda linha de texto.

Encontrou-se, em reaproveitamento, integrada num muro de suporte existente a cerca de 80 m, pelo nascente, da casa da Quinta da Mata<sup>1</sup>, localizada em Semelhe.

O arqueossítio correspondente à *uilla* romana conhecida como Veiga de Sam Darão ou Santarão<sup>2</sup> implanta-se numa área de bons

<sup>1</sup> O local de achado tem as seguintes coordenadas: N 41° 33' 03,08" / O 8° 27' 52,59" (WGS 84); altitude: 142 m.

<sup>2</sup> Eduardo A. Rocha DIAS, *Notícias archeologicas extraídas do Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal: com algumas notas e indicações bibliographicas*, Lisboa, 1903, p. 278; Albano BELLINO, «Cidades mortas [estudo póstumo]», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1ª série, 14:1-8 (1909), p. 18; Manuela MARTINS, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga, 1990, p. 89-90, n.º 80; Luís FONTES, «Inventário de sítios

terrenos agrícolas, situando-se a cerca de 1 km a nordeste do local de achado da peça. Os restos arqueológicos associados ao sítio, nomeadamente os identificados em 1858<sup>3</sup>, contemplam vestígios de construções, de canalizações e cerâmicas de construção, bem como achados numismáticos que incluem peças da época júlio-claudiana (moedas de Tibério e Agrípina) e da época antoniniana (numismas de prata de Antonino Pio), além de outras de cronologia indeterminada. Anteriormente, Pinho Leal<sup>4</sup> tinha também referido o aparecimento de restos de edifícios romanos e de medalhas de Tibério e de Nero na Quinta de Real Novo, situada na veiga de Santarão. Este conjunto de dados permite supor uma ocupação que remonta, pelo menos, aos meados do século I e que, seguramente, terá perdurado durante a segunda centúria.

Da Quinta da Mata procedem restos arquitectónicos correspondentes a fustes e capitéis da época suevo-visigótica, estes em depósito no Museu Pio XII (MPXII.LIT.550 e 551)<sup>5</sup>, que se relacionarão com um assentamento distinto do de Santarão, embora não existam outros dados arqueológicos, nomeadamente de natureza distinta da arquitectónica, para avalizar uma possível relação entre os dois espaços em termos de ocupação, hipoteticamente subsequente.

Na documentação medieval surge referência a *Parata Samueli*, designação de onde terão derivado os topónimos modernos de Parada (de Tibães) e de Semelhe e que se tem relacionado com Santarão<sup>6</sup>.

A ara encontra-se em posse particular, em Semelhe, onde a estudámos em Agosto de 2010.

---

e achados arqueológicos do concelho de Braga», *Mínia*, Braga, 3.<sup>a</sup> série, 1 (1993), p. 76-77, n.<sup>º</sup> 101; Helena Paula A. CARVALHO, *O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis*, Braga, 2008 [Tese de Doutoramento em Arqueologia, UM], vol. 2, p. 34-35, n.<sup>º</sup> 3035301.

<sup>3</sup> Albano BELLINO, *op. cit.*, p. 18.

<sup>4</sup> Apud Eduardo A. Rocha DIAS, *op. cit.*, p. 278.

<sup>5</sup> Luís FONTES, Beliza VILAR, Helena CARVALHO e Jorge RIBEIRO, *Museu Pio XII: Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Antigas (Séculos I a. C. – VII d. C.)*, Braga, 2009, vol. 2, p. 62-63.

<sup>6</sup> Luís FONTES, «Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga», *Mínia*, Braga, 3.<sup>a</sup> série, 1 (1993), p. 77.

Dimensões da peça: [47,5] x [35,5] x [32].

Campo epigráfico: [28,5] x 25.

IOVI / OPT(*imo*) / [MAX(*imo*)]?

*A Júpiter Óptimo Máximo (?)*.

Altura das letras: l. 1: 6/6,7; l. 2: 6,3/7,3. Espaços: 1 e 2: 4/4,5; 3: [5,5]/[2,5].

O campo epigráfico corresponde à face anterior do fuste, estando incompleto devido a fractura sofrida abaixo da l. 2.

A paginação denota cuidado. As duas linhas de texto conservadas apresentam alinhamento pelo eixo de simetria da peça e, intercaladas com os três caracteres da l. 2, apreciam-se duas pequenas punções que marcam a divisão tripartida da largura do fuste. Caracteres de *ductus comum*: OO perfeitamente circulares com ponto no centro, indicando traçado a compasso; P de pança longa e haste côncava com larga serifa na base; V de hastes rectas e com idêntica inclinação; T de barra larga e inclinada para a esquerda; II reduzidos a traços verticais. Gravação em bisel.

Tendo em conta as proporções do suporte é plausível que mais não tivesse epigrafado que a consagração à divindade, *Jupiter*, o *Pater Deorum* do panteão romano, sendo, todavia, provável que terminasse com a abreviatura do epíteto *Maximus*<sup>7</sup>.

A relação deste altar com um arqueossítio que verosimilmente corresponda a uma *uilla* periurbana justifica a ausência de indicação do dedicante, tratando-se de uma dedicatória de âmbito privado. Não seria de descutar, pensando na pertença da *uilla* a um notável bracaraugustano, que o altar possa ter-se relacionado com o seu acesso a uma magistratura urbana, embora não seja

---

<sup>7</sup> Sobre o culto a Júpiter no Ocidente brácaro, veja-se Armando REDENTOR, *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus: percursos pela sociedade brácaro da época romana*, Coimbra, 2011 [Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, FLUC], vol. 1, p. 305-313. A epígrafe que ora se publica detalhadamente consta do inventário epigráfico desta tese: vol. 2, p. 56-57, n.º 64.

esta a única razão possível, sendo simplesmente interpretável como testemunho de um culto doméstico à divindade<sup>8</sup>.

Em função da paleografia é datável da terceira centúria, salientando-se o desenho do P e os OO circulares.

Os dados disponíveis e susceptíveis de servirem de indicador cronológico para o sítio de Santarão não nos permitem sustentar uma ocupação que ultrapasse os finais do século II (moedas de Antonino Pio), pelo que a ligação ao contexto relacionado com os vestígios arquitectónicos mais tardios reportados à Quinta da Mata deve ser equacionada, conjecturando-se uma ocupação de origem baixo-imperial. É, todavia, matéria a exigir estudo centrado no povoamento periurbano regional antigo e na sua diacronia.

ARMANDO REDENTOR

HENRIQUE REGALO

---

<sup>8</sup> No mesmo local terá aparecido um bronze figurativo, inédito, que representa um togado (o *dominus* da *villa*?).



**468**

MILIÁRIO DA CABIDA (MONTE DAS FLORES), ÉVORA  
(*Conventus Pacensis*)

Miliário identificado em Janeiro de 1997, no âmbito do «levantamento do sistema viário antigo na região de Évora», tese de licenciatura defendida em 1999.<sup>1</sup> Encontrava-se, então, fragmentado sensivelmente a meio, estando as duas peças distanciadas alguns metros entre si. Um dos fragmentos conservava a epígrafe, o outro a base.

Foi posteriormente recolhido pelos serviços municipais de Arqueologia e restaurado para figurar numa exposição documental sobre *Ebora Liberalitas Iulia*. Encontra-se actualmente exposto nos serviços municipais de Arqueologia e Património, sitos no antigo Convento dos Remédios, na entrada principal do edifício (Fig. 1).

É uma peça ligeiramente troncocónica, de granito. Apresenta uma base ressaltada com cerca de 60 cm de largura máxima por uma altura de 35 cm e uma superfície epigrafada de 37 x 45 cm, a qual arranca a 120 cm da base. O diâmetro varia entre os 40 cm no topo e os 50 cm na zona mesial (daí a nossa opção pela medida média de 45 cm defendida na tese).

Proveniente da antiga via de *Ebora – Salacia* (passante à Tourega), encontrava-se perto do topónimo Cabida, na herdade

---

<sup>1</sup> Francisco BILOU, *O Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Edição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2004, p. 48. [Da obra foi feita uma 2<sup>a</sup> edição, em Abril de 2005, por Edições Colibri, Lisboa, com a mesma paginação].

do Monte das Flores e deveria corresponder à milha VI ainda que não indicada, pois que a localização original coincide com a distância equivalente marcada a partir da cidade. Diga-se, a propósito, que tem uma peculiar «anomalia» epigráfica, não por estar incompleta a inscrição, mas porque havendo espaço disponível (e bem conservado) para a completar, não existir qualquer vestígio epigráfico abaixo da terceira linha (Fig. 2).

D(*ominis*) N(*ostris*) (*duobus*) / IMP(*eratoribus*) (*duobus*)  
DE/CIS · AVG(*ustis*) / [...] [?]

*Aos nossos dois senhores, os imperadores DECIS [?] augustos [...]*

Altura das letras: 8. Espaços: 2: 7; 3: 3,5.

Uma escrita actuária, com alguma graciosidade no modo, por exemplo, como o M e os N têm os vértices abaixo da barra oblíqua da direita; A de barra levemente oblíqua ascendente; P fechado; S simétrico mas desenhado claramente de mão levantada.

A identificação deste miliário foi mais um argumento para se propor (Bilou 2005, p. 45-51) um traçado alternativo à via de *Salacia a Ebora*, fazendo-a passar junto da albufeira do Monte das Flores. Contudo, a determinação do imperador aí mencionado causou natural perplexidade a Jorge de Alarcão: «[...] onde julgou poder ler-se o nome do imperador Décio. A leitura suscita muitas dúvidas».<sup>2</sup> Na verdade, seguindo uma proposta de Amílcar Guerra, apontara-se nesse sentido, o que voltou a ser referido numa recensão: «Agradece-se a Amílcar Guerra a sugestão de leitura; contudo, estarão lá mencionados dois imperadores, em caracteres de mui bom recorte, de modo que a hipótese de se ler aí o nome DECI(i), do imperador Décio (249-251), é de reanalistar».<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> ALARCÃO (Jorge de), «As vias romanas de *Olisipo a Augusta Emerita*», *Conimbriga* 45 2006 218.

<sup>3</sup> ENCARNAÇÃO (José d'), in *Conimbriga* 46 2007 313. Também André Carneiro (*Itinerários Romanos do Alentejo — Uma releitura de “As Grandes Vias*

Como já tivemos ensejo de explicitar a propósito de uma inscrição de *Eburobrittum*,<sup>4</sup> a designação dos imperadores como *domini nostri* – a chamada ‘dominização do poder’<sup>5</sup> – figura oficialmente nas epígrafes a partir do reinado de Aureliano (270-275), como forma de legitimar o poder; e os súbditos (não os cidadãos) amiúde se proclamam *devoti numini maiestatique eius*, «devotos do seu númer e da sua majestade».

Pensamos, por conseguinte, ter encontrado a solução para as hesitações: esta é uma epígrafe falhada! O lapicida enganou-se na escrita e, por isso, deixou o texto apenas começado. Poderia ter querido escrever, por exemplo, os nomes de Diocleciano e de Maximiano, que reinaram em conjunto (284-305); é, porém, estultícia tentarmos aventar hipóteses com elementos tão escassos e, ainda por cima, que o próprio lapicida considerou erróneos. Um dado, contudo, fica assente: a ideia era homenagear ou referir dois imperadores dos finais do século III ou primórdios do século IV que governaram em conjunto.

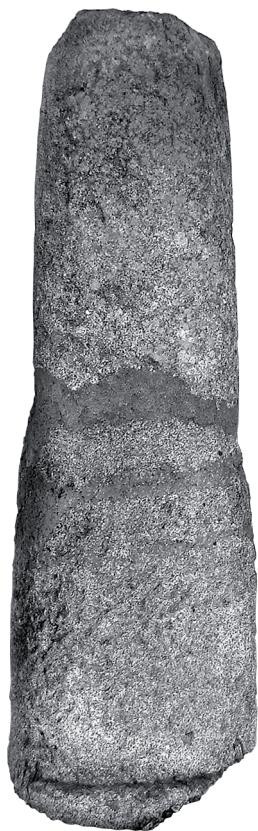
FRANCISCO BILOU  
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

---

da Lusitânia – *O Itinerário de Antonino Pio*” de Mário Saa, *Cinquenta Anos depois*, Edições Colibri, 2009, p. 53) se refere a este miliário, a partir do livro de F. Bilou, mas sem aludir à inscrição.

<sup>4</sup> ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beleza), «*Eburobrittum* e as suas epígrafes singulares», *Conimbriga* XLIX 2010 44-45. Acessível em: <http://hdl://handle.net/10316/20147>.

<sup>5</sup> TURCAN (Robert), «Le culte impérial au III<sup>e</sup> siècle», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* 2 16.2 1978 1002-1003.



1

DDNN  
IMPPDE  
CIS-AVC

0 10 cm

2

469

**ARA LARIBVS CECEAICIS EM CASTELO DE PAIVA**  
*(Conventus Scallabitanus)*

Ara romana epigrafada, de granito amarelo<sup>1</sup> de grão médio, encontrada, em 2007, incrustada na parede de granito de uma casa-abrigo e recolha de animais (Fig. 1), aquando de uma de muitas passagens pelo caminho da pequena localidade denominada Terreiro do Presidente da Direcção da ADEP (Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva), Martinho da Costa Moreira da Rocha. Terreiro está próximo de uma capelinha dedicada ao Espírito Santo, no lugar de Vila Verde, freguesia de São Martinho de Sardoura, concelho de Castelo de Paiva. A epígrafe estava nessa parede desde que a casa-abrigo foi construída, haverá mais de um século.

Alertada para o interesse histórico do monumento, a proprietária, Maria José da Piedade Moreira Alves,<sup>2</sup> tomou a iniciativa de o retirar para a propriedade próxima, de um familiar, Luís Manuel Mendes Cardoso, onde actualmente se encontra, a cerca de 600 m do Terreiro, assente no solo empedrado de cubos de granito do recinto da entrada, encostada a uma escadaria de acesso ao 1.º andar da habitação.

A secção acima do campo epigráfico (de 26 cm de altura)

<sup>1</sup> Granito de cor amarelada, que se distingue do granito de cor azul (pedra azul), mais duro e que é mais difícil de trabalhar.

<sup>2</sup> A quem agradecemos as facilidades concedidas para este estudo.

parece ter sido desbastada nas faces laterais, certamente para se adaptar ou enquadrar com as pedras da parede da casa-abrigo, já que teria sido aproveitada para esse fim. A parte inferior (de 35 cm de alto) encontra-se quase intacta e forma como que uma “saia” de largura um pouco superior à da área epigrafada no corpo central.

A epígrafe está indecifrável a olho nu e a gravação dos caracteres é pouco profunda; eventualmente, a face terá sido desgastada pela acção do vento, do sol e chuvas ácidas, uma vez que estava bastante exposta, ou mesmo pela acção dos movimentos que foi tendo nas deslocações e colocação na parede onde foi encontrada (Fig. 2).

Dimensões: 100 x 35 x 32.

Campo epigráfico: 39 x 35.

FVSCVS [...] / ANICAII [vel AIVICAI] [...] F(ilius) [...] /  
LARIBVS · C/ECEAECIS / <sup>5</sup>IENAECIS [...] · L(ibens) · S(olvit)  
[?]

*Fusco, filho de..., cumpriu de livre vontade aos Lares  
Cececos Ienecos (?)*

Altura das letras: 5. Espaços: 1: 1,5/2; 2 a 5: 1; 6: 2/2,5.

Paginação a ocupar todo o espaço disponível, denunciando, apesar da irregularidade do traçado actuário dos caracteres, um certo cuidado, bem patente na regularidade do espaçamento interlinear. Pontuação redonda, pouco visível, porém, a não ser na última linha.

Na l. 1, *Fuscus* afigura-se-nos consensual. Viria depois o patronímico, a começar no final da l. 1 e a ocupar toda a l. 2, que poderia terminar no F, como sugerimos.

Do teónimo apenas o segundo epíteto, por ser novidade, traz dificuldade nas três primeiras letras: IEAIAECIS? LENAEACIS? Não se consegue distinguir a barra inferior do eventual L nem pode garantir-se se é AI ou N. Depois, vem o L de L(ibens) e afigura-se-nos que há o começo doutra letra, o S de S(olvit) com a parte de baixo unida à barra do L.

O dedicante identificar-se-á, pois, à maneira indígena (nome

único + patronímico), sendo *Fuscus* um nome frequente, inclusive em contexto indígena, porque, apesar de ser etimologicamente latino, detém um significado concreto, «o moreno», que os indígenas facilmente adoptaram.<sup>3</sup>

Quanto ao teónimo, trata-se da apropriação de uma divindade tutelar romana, os Lares, por uma entidade indígena, cujo nome e ‘estatuto’ se desconhece, mas que forneceu à divindade dois epítetos, circunstância que também ocorre nos outros testemunhos de que já dispomos. Assim, na epígrafe de Granjinha (Chaves), onde Hübner (CIL II 2472) lera *Laribus Tarmucenbacis Ceceaecis*, sugerimos como hipótese *[L]aribu[s] / [T]a[r?]mucenbaecis Oeceaecis*,<sup>4</sup> o que, devido, como aqui, ao mau estado de conservação da superfície epigrafada, mereceu de Rodríguez Colmenero outra interpretação: *Inmucenbaecis Ceceaecis*.<sup>5</sup> E se o primeiro epíteto é, de facto, estranho e dele ainda se não encontrou outro testemunho, a opção pelo C inicial confirma-se como sendo a mais correcta, perante não apenas o exemplo que nos ocupa mas também CIL II 2597, da mesma região (Cortegada, Orense), onde não há dúvida em ler-se que o ex-voto é dedicado *Diis Ceceagis*, começando por *Tribal-* o segundo epíteto, de que nada mais consegue ler-se.<sup>6</sup> Acrescentese que o mesmo autor (*ibidem*, p. 161-162, nº 143) dá a conhecer outra epígrafe, de Vidago (Chaves), que interpreta como dedicada *L(aribus) Gegeiquis*: o L é, porém, hipotético e, em nosso entender, também o epíteto não resulta claro na pedra.

Em conclusão: este novo ex-voto pode permitir avançar a hipótese de que a «organização suprafamiliar» (para usarmos a expressão de María Lourdes Albertos) maior deverá ser a dos *Ceceaici*, que teve subdivisões, digamos assim, geograficamente localizadas ou derivadas de um outro antepassado comum, que

---

<sup>3</sup> Mais de 30 testemunhos registados em M. NAVARRO CABALLERO e J. L. RÁMIREZ SÁDABA (coord.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida / Bordéus, 2003, s. v. «Fuscus», p. 181, mapa 140.

<sup>4</sup> ENCARNAÇÃO (José d’), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Lisboa, 1975, p. 218.

<sup>5</sup> RODRÍGUEZ COLMENERO (A.), *Aquae Flaviae. I: Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Chaves, 1997, p. 162-163 (nº 144).

<sup>6</sup> Cfr. RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997, p. 176-177, nº 160. O autor põe a hipótese de se interpretar *Tribal(is)*, traduzindo por «deuses Ceceagis Tríbalos».

estarão na base do segundo epíteto. Recorde-se – a título de paralelo – o que se tem apontado como explicação para a epígrafe de Conímbriga (<http://eda-bea.es/>, registo nº 22 169) consagrada por *Albuius Camali filius* aos *Lares Lubanci Dovilonicorum horum*, isto é, os *Lares Lubanci* constituem, «mui naturalmente, as divindades tutelares dum clã integrado na comunidade de linhagem dos *Dovilonicum*».⁷

Pelo modo de identificação do dedicante e atendendo às divindades veneradas, afigura-se-nos ser monumento datável da primeira metade do século I da nossa era.

MARTINHO DA COSTA MOREIRA DA ROCHA  
MÁRIO GONÇALVES PEREIRA  
PEDRO MENDES  
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

---

⁷ ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges) et LÉVÈQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*. Paris, 1976, p. 31.



FOTO: MARTINHO ROCHA / ARQUIVO L. LOUISADA SOARES, ADEP

1

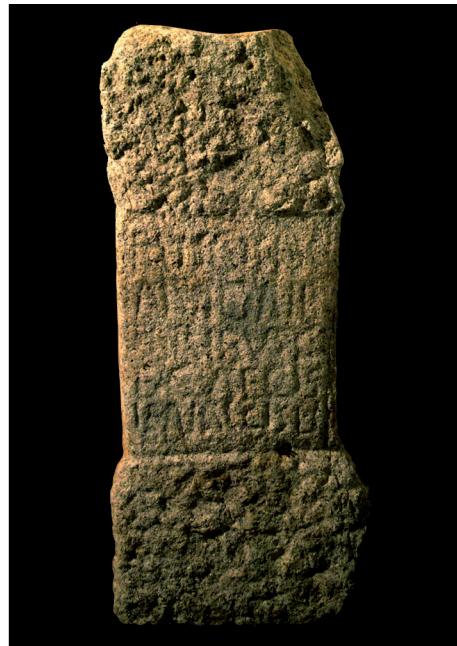


Foto: Estúdio Foto / CASTELO DE PAIVA

2

470